

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M F DO NASCIMENTO BRITO — Diretor, Presidente
BERNARD DA COSTA CAMPOS — Diretor

J A DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Executivo
MAURO GUIMARÃES — Diretor
FERNANDO PEDREIRA — Redator Chefe
MARCOS SÁ CORRÉA — Editor
FLÁVIO PINHEIRO — Editor Assitente

ANC 88

Pasta 11 a 20
Dezembro/87
069

Urgência Democrática

A nação não pode se enganar, nem ser enganada. O Executivo não tem o direito de cuidar dos seus interesses políticos em prejuízo da transição política. A Constituinte, principalmente, não pode descuidar da sua maior responsabilidade, que é promulgar a constituição a tempo de garantir a sucessão presidencial em 1988.

Não se deixar envolver na trama para retardar a eleição presidencial é o compromisso tácito que se transfere da Constituinte para o centrão. Da mesma forma que a defesa dos princípios democráticos criou a oportunidade histórica para o centrão, os perigos que ameaçam embaralhar o trabalho constituinte, como pretexto para impedir a sucessão, aguçam a responsabilidade desse núcleo em torno do qual gira hoje a própria democracia.

A nação não se perdoaria por falhar diante dos interessados em retardar o arremate da transição política ameaçada pela excessiva duração. O novo centro das decisões democráticas é o herdeiro da responsabilidade de garantir uma constituição representativa das nossas aspirações políticas. A nação vive a expectativa da sucessão como o mais alto degrau de legitimidade a ser alcançado. Nada mais apropriado a essa aspiração do que fazer da nova constituição o marco inicial da sucessão presidencial que encerrará a transição política.

O Brasil precisa fervorosamente das eleições em 88. Precisa acreditar, ter certeza de que conta com ela. E não é por motivo político relacionado com a pessoa do presidente da República, ou com a ineficiência administrativa do governo de transição. Existe a questão da legitimidade, que só a eleição direta consegue imprimir. Mas há também um conjunto de circunstâncias que bloqueiam a vida do país. A economia está sobrecarregada pelo peso de um descontrole salarial que tanto pune as empresas como prejudica os empregados.

A política salarial brasileira é um redemoinho que devora as empresas e desorganiza a economia de mercado, sem fazer justiça nem desfazer injustiças. É uma escala ascendente de injustiças sociais e econômicas. O efeito é também devastador dentro do governo: os funcionários da burocracia e das empresas públicas não sabem quanto ganham e nem o governo consegue conter os seus gastos. Os cidadãos não atinam com os propósitos que o governo alega e nem com os critérios com que justifica os seus gastos acima do orçamento.

A economia brasileira se apresenta em má situação, e tende a ver agravadas as suas dificuldades. Pode-se prever um quadro de tensões e altos riscos no final da Constituinte. Tendo o centrão se constituído como a linha de defesa democrática, para barrar a esquerda indébita, é inevitável que tenha de assumir também a missão derivada dessa responsabilidade: defender a eleição presidencial de 88 contra as manobras para alterar o cronograma. Torna-se clara a interferência de dados alheios à questão eleitoral na argumentação política, com o objetivo de criar a

impressão de que se possa adiar a transição por mais algum tempo. Nem a nação sobreviveria normalmente ao adiamento da eleição, nem conhecerá a normalidade sem a constituição aguardada para o primeiro trimestre de 1988.

Mais uma vez, assistiremos à tentativa de encenar a personalização do problema político para inibir as soluções de grandeza. O Brasil está adulto e saberá resistir às seduções fisiológicas a que se entrega o governo, principalmente quando dispõe de uma engrenagem empresarial incontrolável em seus custos e nos seus desígnios, para atuar junto a cada constituinte para mudar seu voto.

Não há como considerar a hipótese de adiamento das eleições. Motivos pessoais e alegações sentimentais não devem ser politicamente considerados. O presidente Sarney não autorizaria as manobras que procuram deixar implícito o seu interesse, mas não confirmam a sua responsabilidade em retardar premeditadamente a elaboração constitucional com a intenção de adiar a sucessão em 88.

A transição não é um cronograma, mas encerra um compromisso com o próprio sentido da palavra: tanto quanto possível, deve durar estritamente o necessário. Quanto mais abreviada, menor o desgaste da confiança que recai sobre o governo encarregado de executá-la.

Não há alegação capaz de justificar o adiamento da sucessão presidencial. Nem mesmo a deterioração econômica, que se acentua com a inflação em seu patamar atual, seria digna de consideração. A questão política não se transferiria para o futuro, ao contrário, apressaria a crise com o risco de expor as próprias instituições à falta de legitimidade.

Que esperança de melhoria transfere ao futuro o insuportável nível de estatização que sufoca a autoridade do governo? Uma inflação que ultrapassa a barreira dos 400% num ano é uma sucção das reservas de confiança. Um déficit público que alcança 6,5% do Produto Bruto é alguma coisa que pede solução urgente, que depende de confiança política. Arrocho salarial contraposto à inflação é uma receita de recessão. Está completo o quadro de desalento.

Quem montou esse painel de desorganização produtiva, desestímulo a investimentos, perplexidade e incertezas? O Instituto de Pesquisas (INPES), que trabalha para o ministério do Planejamento, veio no vácuo de um desastrado ano econômico até à conclusão expressa em números dignos de meditação.

O centrão não é apenas um rolo compressor para limpar o projeto de constituição do irrealismo que a esquerda nele dependurou. Nem muito menos um instrumento para abrir caminho a jogos políticos de interesse pessoal, ou manobras para adiar a sucessão presidencial. É, ao contrário, um estado de consciência democrática que vem em ajuda da transição política. Seu compromisso só se encerrará com a sucessão presidencial, que é a última estação no percurso democrático.